



“Você é a primeira pessoa para quem eu conto isso”: crianças-soldado como fontes testemunhais no Jornalismo Internacional

Taiz Richter¹

Cleusa Jung²

Angela Zamin³

Universidade Federal de Santa Maria, RS

Resumo: Esse artigo parte da pesquisa “A crítica das práticas no interior do sistema jornalístico”, vinculada ao Resto – Laboratório de Práticas Jornalísticas (CNPq/UFSM), e traz a análise de reportagens que abordam a presença de crianças-soldados em conflitos armados, um crime de lesa-humanidade. Tendo como objetivo investigar que fontes são acionadas, e como são, organizamos um mapeamento da cobertura de internacional de *O Estado de S. Paulo*, no período 2007-2016, partindo das unidades de registro “meninos-soldados” e “crianças-soldados”. Para tanto, empregamos a metodologia da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011; FONSECA JÚNIOR, 2009; HERSCOVITZ, 2007), por meio de um Protocolo de Análise de Fontes que, por sua vez, considera o estatuto de fonte jornalística (SANTOS, 1997). Ainda, nos detemos na análise de reportagens sobre a África que versam sobre o tema em análise.

Palavras-chave: Jornalismo Internacional; Conflito; Meninos-soldado; Fontes; Análise de Conteúdo.

¹ Graduanda em Jornalismo na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Campus Frederico Westphalen. Membro do Resto – Laboratório de Práticas Jornalísticas (CNPq/UFSM). Email: taiz_richter@hotmail.com

² Graduanda em Jornalismo na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Campus Frederico Westphalen. Membro do Resto – Laboratório de Práticas Jornalísticas (CNPq/UFSM). Email: jung_cleusa@hotmail.com

³ Professora do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Campus Frederico Westphalen. Doutora e Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Líder do Resto – Laboratório de Práticas Jornalísticas (CNPq/UFSM). Email: angelazamin@gmail.com

1. Considerações iniciais

“I want the world to know what you did
I want the world to know how to punish you
Silence
We have to break the silence...”
(UNICEF, 2016)

O presente artigo tem como objeto matérias jornalísticas que abordam a presença de crianças-soldado em conflitos armados, um crime de lesa-humanidade. Tendo como objetivo investigar que fontes são acionadas pelo jornalismo, e como são, ao tratar da temática, partimos de um mapeamento das unidades de registro “meninos-soldado” e “crianças-soldado” no jornal de referência *O Estado de S. Paulo*, no período 2007-2016. Inserido na pesquisa “A crítica das práticas no interior do sistema jornalístico”, vinculada ao Resto – Laboratório de Práticas Jornalísticas (CNPq/UFSM), o artigo busca identificar as fontes e observar o seu emprego nas matérias.

O mapeamento possibilitou identificar 18 matérias da Editoria de Internacional, sendo três colunas de opinião, duas notas, duas notícias, sete reportagens e quatro reportagens especiais. Na etapa posterior, elaboramos um Protocolo de Pesquisa para Análise de Fontes inspirado no formulário de codificação de Fonseca Júnior (2009). As categorias de fontes, por sua vez, foram estabelecidas com base no estudo de Rogério Santos (1997) sobre fontes jornalísticas. Por meio do protocolo foram identificadas as fontes e, também, as menções a “meninos-soldado” (ou crianças-soldados).

O artigo traz os resultados destas incursões que tomam por base a metodologia da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011; FONSECA JÚNIOR, 2009; HERSCOVITZ, 2007). Teoricamente, traz discussões sobre fontes jornalísticas (SANTOS, 1997; SCHMITZ, 2011), reportagem (FLORESTA, BRASLAUSKAS, 2009; LAGE, 2008; MEDINA, 2008) e meninos-soldado (TABAK, 2009; UNICEF, 2007, 2016). As reportagens especiais “A maior guerra do mundo”, sobre o Congo, e “África um continente em transformação”, foram analisadas de forma mais aprofundada.

2. Percorso teórico-metodológico da pesquisa

Para o percurso metodológico utilizamos a Análise de Conteúdo. Bardin (2011) afirma que o método, advindo das Ciências Sociais, estuda as comunicações humanas, dando maior ênfase aos conteúdos das mensagens. No Jornalismo, em especial, podemos utilizar o método “para detectar tendências e modelos na análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos” (HERSCOVITZ, 2007, p. 23). De acordo com Bardin (2011, p. 48), a análise de conteúdo é:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens.

Este é um método muito empírico, de acordo com Bardin (2011), e que depende do tipo de “fala” a que se dedica e, também, do tipo de interpretação pretendida como objetivo. Por isso, para a análise de conteúdo não há uma regra pronta para ser seguida, mas “somente algumas regras de base, por vezes dificilmente transponíveis” (BARDIN, 2011, p. 36). Desse modo, a técnica precisa ser reinventada e adequada para cada estudo, aprimorando e criando categorias diferenciadas para cada objeto.

Para a elaboração de um Protocolo de Pesquisa para Análise de Fontes partimos do formulário de codificação de Fonseca Júnior (2009) e do estudo de fontes jornalísticas de Santos (1997), elaborando um protocolo que atendesse as demandas do nosso problema de pesquisa, dando origem a um quadro que resume os diferentes tipos de fontes encontradas nas matérias analisadas quanto à categoria, ao grupo e ao crédito. Para pensarmos a categorização, que “consiste no trabalho de classificação e reagrupamento das unidades de registro em um número reduzido de categorias” (2009, p. 298), nos voltamos a inúmeras propostas de agrupamento de fontes jornalísticas.

Para Gans (1979 apud SANTOS, 1997, p. 34), as fontes jornalísticas precisam responder a cinco atributos – oportunidade, produtividade, credibilidade, garantia e respeitabilidade –, que estão vinculados aos processos jornalísticos e ao enquadramento dos acontecimentos. “As fontes [...] funcionam como auxiliares no relato, sem, contudo, deixar de insinuar posições, relações e interesses” (ZAMIN, 2011, p. 251). Segundo Marocco e Berger (2008, p. 3), “há diferentes modalidades de fonte jornalística

instituídas pelo saber jornalístico como expressão de um contrato que transfere ao jornalista ausente a autoridade de quem esteve presente, viu ou ouviu alguém falar”.

De acordo com Sigal (1986 apud SANTOS, 1997, p. 28-29), na escolha das fontes para as matérias “os jornalistas preferem os conhecidos aos desconhecidos”, as fontes governamentais e responsáveis empresariais e institucionais detêm credibilidade, “são julgados com valor para informação e, implicitamente, com valor de aceitação”. Com base em Hall et al, Santos (1997, p. 29) afirma que se trata da “hierarquia da credibilidade: os mais poderosos ou com estatuto social mais elevado terão as suas definições melhor bem aceitas, mesmo nos temas mais controversos”.

De acordo com Santos (1997, p. 76-79), pesquisadores têm propostas distintas quanto à classificação e à hierarquia das fontes: Gans (1979) fala em fontes institucionais, oficiosas ou estáveis e provisórias; Ericson et al (1991) distinguem jornalistas, porta-vozes de instituições e organizações governamentais, porta-vozes de instituições e organizações não governamentais, cidadãos individuais e fontes não específicas, “citadas sem qualquer indicação de identidade ou filiação institucional”; López (1995) também inicia pela própria empresa jornalística, incluindo como fonte o conjunto dos jornalistas, e segue por instituições ligadas ao poder (incluindo religiosas, financeiras e sociais), espontâneas que entram em disputa com o poder, confidenciais e anônimas. Santos (1997) propõe três categorias principais: oficiais, regulares e ocasionais ou acidentais.

Elegemos as categorias de fontes mencionadas por Ericson et al (1991 apud SANTOS, 1997) para compor nosso protocolo de análise e a elas acrescentamos as fontes documentais. Assim, a categoria Fontes Jornalísticas se desdobra nos seguintes grupos: Jornalista, Agência e Meios-fonte. No primeiro ingressam “os jornalistas que funcionam como fontes de informação ao serem entrevistados por outros profissionais ou ao trabalharem dados oficiais” (SANTOS, 1997, p. 77). No segundo grupo estão as agências de notícia que “constituem uma parte importante da rede informativa, especialmente porque, simbolicamente, estão em todos os lugares ao mesmo tempo” (ZAMIN, 2012, p. 49). No terceiro, “Borrot (1989) identifica a ocorrência de uma apropriação do conteúdo de um meio por outro, sinalizada no interior do texto

jornalístico. Nestes casos, designa de meios-fonte as mídias indicadas por outras como origem de uma informação” (ZAMIN, 2011, p. 253).

A categoria Fontes institucionais e organizacionais governamentais se subdivide nos grupos: Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário, Polícia, Religiosas, Intergovernamental (como ONU, Unesco, OMS etc.) e Outro. Já a categoria Fontes institucionais e organizacionais não governamentais traz os grupos: Empresarial, ONG, Sindicato, Associação, Grupo armado e Outro. As Fontes Individuais por sua vez se subdividem em Especializada, Testemunhal e Ocasional. Já as Documentais podem originar-se tanto das instituições e organizações governamentais como das não governamentais. E, por fim, temos a exemplo de Ericson et al (1991) as Fontes sem identificação ou “fontes não específica”.

Além disso, seguindo o protocolo, cada fonte presaria ser identificada quanto ao crédito: se Determinada, Semi-Determinada, Indeterminada ou Anônima. Esta categorização (Fonseca Júnior, 2009) com seis categorias de fontes, que se distribuem quanto ao grupo e ao crédito, possibilitou um campo para observações sobre as matérias coletadas em *O Estado de S. Paulo*.

As 18 matérias identificadas a partir da busca pelas unidades de registro “meninos-soldado” e “crianças-soldado” no arquivo do jornal foram decompostas quanto às fontes e ao número de menções ao termo/conceito meninos-soldado. A leitura das matérias, por sua vez, nos permitiu identificar três modos de aproximação do jornalismo da questão dos meninos-soldados. A primeira delas pelo emprego do termo meninos-soldado (ou crianças-soldado), a segunda pela menção da idade de fontes ou personagens das matérias e a terceira por relacionar conflitos armados e crianças.

No **Quadro 1**, a seguir, apresentamos a classificação do gênero textual das matérias e o número de menções a meninos-soldado, considerando a subdivisão: presença do termo, da idade ou da relação conflito-criança.

Quadro 1: Referência a meninos-soldados em O Estado de S. Paulo (2007-2016)

| Gênero Textual | Notas | Notícias | Reportagens | Reportagens Especiais | Colunas Opinião | Total |
|----------------|-------|----------|-------------|-----------------------|-----------------|-------|
| Quantidade | 2 | 2 | 7 | 4 | 3 | 18 |

SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo
VI Encontro Nacional de Jovens Pesquisadores em Jornalismo
Palhoça – Unisul – Novembro de 2016

.....

| | | | |
|-------------------------|----|----|----|
| Meninos-soldado | 27 | 6 | 33 |
| Idade | 14 | 11 | 25 |
| Conflito-criança | 41 | 6 | 47 |

Fonte: Elaborado pelas autoras

A partir da leitura atenta das matérias foi possível preencher o Protocolo de Pesquisa para Análise de Fontes, conforme segue:

Quadro 2: Classificação das Fontes

| Classificação das Fontes | | Número de Fontes: 69 | |
|---|--------------------|----------------------|----|
| Jornalísticas | Jornalista | | 1 |
| | Agência | | - |
| | Meio-fonte | | - |
| Fontes institucionais e organizacionais governamentais | Poder Executivo | | 7 |
| | Poder Legislativo | | - |
| | Poder Judiciário | | - |
| | Polícia | | 1 |
| | Religiosas | | - |
| | Intergovernamental | | 9 |
| | Outro | | - |
| Fontes institucionais e organizacionais não governamentais | Empresarial | | - |
| | ONG | | 9 |
| | Sindicato | | - |
| | Associação | | - |
| | Grupo Armado | | - |
| | Outro | | - |
| Individuais | Especializada | | 7 |
| | Testemunhal | | 27 |
| | Ocasional | | 1 |
| Documentais | Governamentais | | 2 |
| | Não governamentais | | 5 |
| Sem identificação | Sem identificação | | 0 |

Fonte: Elaborado pelas autoras

Durante a codificação das matérias percebemos que uma parte significativa faz referência a meninos-soldado em conflitos no continente africano. Das sete reportagens analisadas, quatro delas são sobre a África. Ainda, das três reportagens especiais, apenas uma não remete ao continente africano, sendo esta uma especial sobre a América Latina. Em artigo anterior analisamos a reportagem especial intitulada “Meninos-soldados, um drama sul-americano”, publicada sob a cartola “Infância na guerra” em dezembro de 2014. Como das 18 matérias identificadas, sete tratam de conflitos na África e trazem meninos-soldados como fontes testemunhais, por fim, duas reportagens especiais foram destacadas para uma análise aprofundada.

3. O drama dos meninos-soldado

Segundo Medina (2008, p. 93), reportagem é “todo trabalho de campo desenvolvido na captação de informações. Aí se incluem pauta, levantamento de dados

no arquivo da empresa jornalística (pesquisa), atividade do repórter através de sua observação do acontecimento e através das entrevistas que realiza”. Dessa maneira, especificamente na reportagem, percebemos um texto mais longo e amplo, mais complexo que a notícia. Com base nisso, aqui, detemo-nos a analisar duas reportagens que usam as “crianças-soldado” como fontes individuais testemunhais: “África: um continente em transformação”, de dezembro de 2007, e “A maior guerra do mundo”, de outubro de 2013.

Antes de tudo é preciso compreender o termo “crianças-soldado”. De acordo com Jana Tabak (2009), o período que se sucedeu após a Guerra Fria inaugurou uma nova prática de guerra, que é o uso de crianças soldados, tanto por exércitos regulares como por grupos armados rebeldes. “As crianças não mais constituem apenas o alvo das guerras, mas também são perpetradores de ações violentas e atrocidades durante os conflitos armados” (TABAK, 2009, p. 32). Segundo o documento *The Principles and guidelines on children associated with armed forces or armed groups*:⁴

Girls and boys are used in a variety of ways from support roles, such as cooking or portering, to active fighting, laying mines or spying and girls are frequently used for sexual purposes. This recruitment and use of children violates their rights and causes them physical, developmental, emotional, mental, and spiritual harm. (UNICEF, 2007, p. 4).⁵

Ainda, com base nesse documento, “criança- soldado” é um termo que se refere a qualquer menina ou menino com idade inferior a 18 anos que é recrutado ou utilizado por uma força armada ou grupo armado, a qualquer título. No site *Child Soldiers International*,⁶ na resposta à pergunta “O que é criança-soldado?”, encontramos que, o termo não se refere apenas às crianças que participam nas lutas, mas “also those used as cooks, porters, messengers, spies, suicide bombers, or for sexual exploitation” (SCARBOROUGH, 2016).

⁴ Disponível em: <https://childrenandarmedconflict.un.org/publications/ParisPrinciples_EN.pdf>.

⁵ “Meninas e meninos são usados de várias maneiras em funções de apoio, como cozinheiros ou porteiros, no combate ativo, colocados em minas ou espionagem e as meninas são utilizadas para fins sexuais. Este recrutamento e o uso de crianças violam os seus direitos e causa danos físicos, de desenvolvimento, emocional, mental e espiritual nelas” (UNICEF, 2007, p. 4 [tradução nossa]).

⁶ Disponível em: <<http://www.child-soldiers.org/Pages/FAQs/Category/faqs>>.

Nos últimos 40 anos, o Direito Internacional tem desenvolvido ações para melhor proteger as crianças da exploração militar. De acordo com informações do *Child Soldiers*, em 1977, o *Additional Protocol to the 1949 Geneva Conventions* proibiu o recrutamento militar e o uso de crianças abaixo de 15 anos de idade, que agora é reconhecido como um crime de guerra para o *Rome Statute of the International Criminal Court* (2002). A proibição de utilização de crianças menores de 15 anos foi reafirmada na Convenção sobre os Direitos da Criança, de 1989, em que foi definida, pela primeira vez, uma criança como qualquer pessoa com idade inferior a 18 anos.

O padrão sobre a idade foi novamente levantado pelo *Optional Protocol to the Convention on the Rights of the Child* relativo à participação de crianças em conflitos armados, também conhecido como OPAC (2000).⁷ De acordo com o *Child Soldiers*, “OPAC was the world’s first international treaty wholly focused on ending the military exploitation of children”.⁸ Desse modo, o tratado proíbe o recrutamento de crianças menores de 18 anos e, também, o recrutamento voluntário de crianças por grupos armados não estatais. Porém, crianças com menos de 18 anos continuam a ser recrutados e utilizados por numerosos grupos armados em conflitos na América Latina, na África e no Oriente Médio.

a) “Quem sobreviver, vira soldado”

A reportagem especial sobre o Congo, da enviada especial⁹ Adriana Carranca, foi publicada em duas partes. A primeira, no dia 20 de outubro de 2013, intitulada “A maior guerra do mundo”, ocupa duas páginas do jornal. A segunda, em 22 de outubro, intitulada “Conflito Congolês amplia drama dos meninos-soldado”, tem uma página. Em relação à quantificação das fontes, identificamos quatro fontes individuais (três testemunhais; uma especializada); três documentais (uma não governamental; duas governamentais); cinco institucionais e organizacionais governamentais (quatro

⁷ Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/OPACCRRC.aspx>>.

⁸ “OPAC foi primeiro tratado internacional do mundo totalmente focado em terminar a exploração militar de crianças” [tradução nossa].

⁹ Segundo Adghirni (2013, p. 42), o enviado especial “é o profissional deslocado de sua base para uma determinada cobertura temporária, geralmente de curta duração”.

organizações intergovernamentais; uma do poder executivo); e uma institucional e organizacional não governamental (ONG).

Adriana Carranca é jornalista, colunista dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* e escreve, principalmente, sobre conflitos. A jornalista conta a tragédia do Congo de uma maneira que capta a atenção do leitor, com informações para contextualizar o ambiente e, também, entrevistas para dar suporte e credibilidade aos fatos. “O repórter está onde o leitor, ouvinte ou espectador não pode estar” (LAGE, 2008, p. 23). Assim, a repórter e enviada especial tem a função de transportar o seu leitor por meio da narrativa jornalística, transmitindo a sua visão de fatos que poderiam passar despercebidos.

Em diferentes momentos, Adriana se coloca no texto, deixando rastros do seu modo de narrar. “Assim se vive no Congo (antigo Zaire), buscando os desaparecidos e recolhendo corpos no rastro de ataques que ocorrem com frequência assustadora”, relata a jornalista no início da reportagem. O Congo é um dos países africanos que mais sofre com conflitos armados e violentos. De acordo com o relatório Monusco (sigla da República Democrática do Congo, em francês), do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), divulgado em abril de 2016, a situação no Congo ainda é instável, devido às atividades de grupos armados e confrontos. As violações contra crianças ainda apontam para números altíssimos:

The United Nations verified 2,549 violations against children, a significant increase compared with 2014. Nearly 40 per cent were attributed to FDLR. Children took the opportunity of military operations to escape from armed groups, resulting in a spike in the number of separated children (UNICEF, 2016).¹⁰

Com base nesse relatório, as Nações Unidas constataram o dobro do número de casos documentados em 2014, 488 crianças, das quais 26 são meninas. Deste total, 30% eram menores de 15 anos quando foram recrutadas. Na *Especial Congo*, Adriana consegue descrever as crianças congoleesas, trazendo a sua visão como jornalista:

¹⁰ “As Nações Unidas verificaram 2.549 violações contra crianças, um aumento significativo em comparação a 2014. Cerca de 40% foram atribuídos às Forças Democráticas para a Libertação de Ruanda (FDLR). Crianças aproveitam a oportunidade das operações militares para escapar de grupos armados, resultando em um aumento no número de crianças separadas” (UNICEF, 2006 [tradução nossa]).

Pela estatura, alguns aparentam ter 11 ou 12 anos, mas num país como o Congo, não é possível saber a idade – a desnutrição impede o crescimento, enquanto a guerra endurece o semblante e envelhece os seus rostos, enrugados e com marcas de navalha. São crianças velhas. (CARRANCA, 2013a, p. A14).

Escrever é um desafio diário e os fatores que determinam a qualidade de um texto jornalístico são vários, de acordo com Floresta e Braslauskas (2009). Para as autoras, o repórter deve apurar bem as suas fontes e possuir a capacidade de conectar as ideias no texto. “Um texto bem embasado traz detalhes dos acontecimentos, relaciona assuntos, e isso proporciona uma leitura rápida e agradável” (FLORESTA, BRASLAUSKAS, 2009, p. 113). Adriana Carranca faz isso de maneira sutil, trazendo detalhes, como “Monossilábico, ele diz apenas que se cansou da vida” (2013b, p. A14), ao fazer referência ao jovem encontrado pela equipe em um hospital.

O estilo de escrita da repórter é um diferencial que, amparado pela qualidade do conteúdo, faz com que o texto flua. “Para que uma reportagem possa ser considerada boa, ela tem de ter qualidade jornalística, os dados têm de estar bem apurados – o que significa oferecer detalhes dos acontecimentos” (FLORESTA, BRASLAUSKAS, 2009, p. 114). O enviado especial, nesse sentido, como tem maior tempo de apuração das notícias, pode produzir uma reportagem mais aprofundada e um texto mais trabalhado.

Em relação à reportagem especial, houve 14 menções às crianças-soldado no conflito. Entre as fontes, todavia, havia somente dois adolescentes congolezes, ex-meninos-soldado, que aparecem como fontes individuais testemunhais. Os dois são acionados na segunda parte da *Especial Congo*, publicada dois dias após a primeira. Para Lage (2008, p. 74), “trata-se do relato do entrevistado sobre algo de que ele participou ou assistiu”.

Na primeira parte da *Especial Congo* (20 out. 2013), as fontes que mais falam são institucionais e organizacionais governamentais. Há apenas uma fonte individual testemunhal, Geni Mungo, que relata um ataque ao vilarejo em que vivia na província de Kivu do Norte, ocorrido às vésperas da chegada da repórter. Na segunda parte (22 out. 2013), das sete fontes ouvidas, três são institucionais e organizacionais governamentais. Segundo Schmitz (2011, p. 48), o saber do jornalismo também é

construído pela fonte e as “oficiais são as preferidas dos jornalistas, pois suas ações e estratégias tem impacto direto no interesse público, pela sua capacidade e poder de influência, acesso facilitado e sistemático às pautas da mídia”. Ao retomar o estudo de Ericson et al (1991), Santos (1997, p. 76) afirma que “as fontes governamentais são citadas duas vezes mais que as fontes do sector privado nos jornais”.

Nas duas primeiras páginas do *Especial Congo*, os meninos aparecem indiretamente, sem serem fontes, na narrativa da guerra na República Democrática do Congo, que cita o drama dos meninos e das meninas que são levados para o conflito, eles para se tornarem meninos-soldado, elas para servirem de escravas sexuais. “O bando saqueou e botou fogo nas palhoças. Fugiu levando 45 crianças que estavam na pequena escola da vila no momento do ataque. Os meninos são feitos soldados. As meninas, escravas sexuais”, como conta Adriana (2013a, p. A14).

Já na segunda parte da *Especial Congo* (22 out. 2013), fala diretamente sobre os meninos, ouvindo-os e trazendo-os como fontes testemunhais. Jacques, um dos meninos ouvidos, descreve como ele e o primo foram sequestrados por homens armados com fuzis: “Eles batiam em todas as partes do corpo, xingavam, pisavam na sua cabeça. É o batismo. Quem sobreviver, vira soldado” (CARRANCA, 2013b, p. A14). “Meu primo... Ele não sobreviveu” acrescentou. A outra fonte testemunhal, um jovem de 16 anos encontrado no hospital, tem voz pela repórter: “Um dia apresentou-se ao chefe do grupo Nyaturas e virou menino-soldado. Arrependido, espera para ser reintegrado à família – que nem sempre aceita os filhos de volta” (2013b, p. A14).

Em meio às percepções da repórter, a voz de Jacques: “Um dia, um soldado disse: ‘Hoje é sua vez’. Então, ele me estuprou. Duas vezes” (CARRANCA, 2013b, p. A14). Segundo ela, as palavras saíram como um vômito. “Foi a primeira vez ... Você é a primeira pessoa para quem eu conto isso”, completou o menino. Nesse trecho percebemos a dificuldade da fonte testemunhal em falar sobre o ocorrido. Jacques representa na matéria milhares de crianças vítimas do conflito e da violência sexual no Congo. O excerto também dá a ver a confiança por ele depositada na repórter.

b) “Não sei quando vou conseguir esquecer isso”

A reportagem especial *O renascimento africano*, da enviada especial Mariana Della Barba, publicada em 17 de dezembro de 2007, ocupa quatro páginas do jornal *O Estado de S. Paulo*. Detemo-nos na análise da primeira e da quarta página desta reportagem, já que somente essas fazem referência aos meninos-soldados.

Ao analisarmos a primeira página da reportagem especial, sob o título “África um continente em transformação”, foi possível identificar sete fontes. Dessas, duas individuais (especializadas); duas documentais (governamentais); duas institucionais e organizacionais governamentais (organizações intergovernamentais) e uma institucional e organizacional não governamental (ONG). Já na quarta página, com duas matérias, “Meninos-soldados tentam esquecer a infância e reconstruir a vida” e “Violência sexual ainda é epidemia”, foram identificadas dez fontes. Dessas, nove individuais (testemunhais) e uma institucional e organizacional não governamental (ONG).

Apesar de falar sobre os meninos-soldados e trazer um infográfico indicando as regiões em que eles são encontrados no continente africano, na primeira página da *Especial O renascimento africano* as fontes acionadas são especializadas, governamentais e intergovernamentais. A voz desses meninos não se faz presente nessa primeira página. Santos (1997, p. 77) afirma que as “fontes são factor determinante para a qualidade de informação produzida pelos meios de comunicação”. Desse modo, ao falar dos meninos-soldados, são eles próprios que podem relatar a realidade em que vivem ou viveram.

A quarta página analisada é diferente. Das dez fontes citadas, nove são individuais testemunhais, sendo dois ex-meninos-soldado e três meninas que foram usadas como escravas sexuais. Eles mesmos relatam sobre a realidade que vivenciaram. Na matéria “Meninos-soldados tentam esquecer a infância e reconstruir a vida”, Mudimbe, ex menino-soldado relata: “Logo de cara, eles me deram uma arma. Matei muitas pessoas, não sei dizer quantas” (DELLA BORBA, 2007b, p. H4). Patrik, também ex-menino-soldado conta na matéria: “Eu vivia como um animal selvagem. Não me importava com ninguém. Estava sempre drogado” (2007b, p. H4).

A repórter Mariana Dalla Barba também traz relatos de meninas que carregavam bebês no colo, frutos dos estupros pelos quais passaram, na matéria “Violência sexual ainda é epidemia”. Thérèse, uma das meninas, conta: “Eu era violentada várias vezes por semana. Não sei quando vou conseguir esquecer isso” (DELLA BORBA, 2007c, p. H4). Kizade, outra menina que escapou da escravidão sexual, diz: “O pesadelo era tanto que comecei a carregar uma arma também, precisava me proteger” (2007c, p. H4). O relato das pessoas que viveram as situações que estão sendo retratadas na reportagem a torna mais verossímil, enquanto humaniza os personagens dos conflitos.

4. Considerações finais

Partindo do entendimento de que fonte é a “pessoa que o jornalista observa ou entrevista e a quem fornece informações enquanto membro ou representante de um ou mais grupos (organizados ou não) de utilidade pública ou de outros sectores da sociedade” (GANS, 1979 apud Santos, 1997, p. 32-33), nos debruçamos a investigar que fontes são acionadas pelo jornalismo, e como são, em matérias que tratam da presença de meninos-soldados em conflitos armados. O movimento orientou-se por um mapeamento da editoria de Internacional de *O Estado de S. Paulo* nos últimos dez anos.

Por meio da metodologia de Análise de Conteúdo observamos que nas 18 matérias localizadas no jornal, 69 fontes foram acionadas. Destas, a maioria, 35, eram fontes individuais (sete especializadas, 27 testemunhais e uma ocasional). O número é superior ao de fontes institucionais e organizacionais governamentais consultadas, 17 ao todo. Interessante perceber que por este recorte temático, não foram as fontes institucionais e organizacionais governamentais que dominaram as matérias, ao contrário do afirma Santos (1997) em seu estudo de fontes jornalísticas.

As duas reportagens especiais analisadas – *Congo* e *O renascimento africano* – apresentam dados semelhantes. Juntas, trouxeram 15 fontes individuais contra sete institucionais e organizacionais governamentais, três institucionais e organizacionais não governamentais e cinco documentais. Importante indicar uma vez mais a presença de meninos e meninas vítimas dos conflitos armados como fontes testemunhais. Os

meninos-soldado não comparecem apenas como dado de contexto ou como número em relatórios de organizações intergovernamentais. Antes, são trazidos como fontes por um trabalho de apuração dos jornalistas que, como enviados especiais, trabalham para localizá-los e acessá-los – trabalho este difícil e arriscado.

A pesquisa de que este artigo é parte se volta agora para três importantes frentes de trabalho: a expressiva presença de porta-vozes de agências intergovernamentais (como ONU, Unesco, Unicef) e de organizações internacionais não governamentais (OINGs) como fontes em matérias sobre conflitos; para o uso das falas testemunhais de ex-meninos-soldado, e para entrevistas com os repórteres que acessaram estas fontes.

Referências

ADGHIRNI, Z. L. A pluralidade do mundo na visão singular do correspondente internacional. **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, n. 28, p. 32-52, 2013. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/41160>>.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

CARRANCA, A. A maior guerra do mundo. Especial Congo. **Estado**, Caderno A, Internacional, São Paulo, ano 134, n. 43832, p. A14, 20 out. 2013a.

_____. Conflito congolês amplia drama dos meninos-soldado. Especial Congo. **Estado**, Caderno A, Internacional, São Paulo, ano 134, n. 43834, p. A14, 22 out. 2013b.

CHILD Soldier International. Disponível em: <<http://www.child-soldiers.org/>>.

DELLA BORBA, M. África um continente em transformação. **Estado**, Caderno H, Dossiê Estado, São Paulo, ano 128, n. 41698, p. H1, 11 dez. 2007a.

_____. Meninos-soldados tentam esquecer a infância e reconstruir a vida. **Estado**, Caderno H, Dossiê Estado, São Paulo, ano 128, n. 41698, p. H1, 11 dez. 2007b.

_____. Violência sexual ainda é epidemia. **Estado**, Caderno H, Dossiê Estado, São Paulo, ano 128, n. 41698, p. H1, 11 dez. 2007c.

FONSECA JÚNIOR, W. C. **Análise de Conteúdo**. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006. p. 280-304.

FLORESTA, C.; BRASLAUSKAS, L. **Técnicas de reportagem e entrevista**: roteiro para uma boa apuração. v. 3. São Paulo: Saraiva, 2009.

FUNDO das Nações Unidas para a Infância. **Invisible survivors.** Girls in Armed Groups in the Democratic Republic of Congo From 2009 to 2015. New York: Unicef, 2016. Disponível em: <<https://childrenandarmedconflict.un.org/wp-content/uploads/2015/11/151123-Girls-in-Armed-Groups-2009-2015-Final.pdf>>.

_____. **Optional Protocol to the Convention on the Rights of the Child on the involvement of children in armed conflict.** New York: Unicef, s/d. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/Documents/ProfessionalInterest/crc-conflict.pdf>>.

_____. The Paris principles: principles and guidelines on children associated with armed forces or armed groups. New York: Unicef, 2007. Disponível em: <<https://childrenandarmedconflict.un.org/our-work/paris-principles/>>.

HERSCOVITZ, H. G. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, C.; BENETTI, M. **Metodologia de pesquisa em jornalismo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 123-142.

LAGE, N. **A reportagem:** teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. 7 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

MEDINA, C. **Entrevista:** O diálogo possível. 5 ed. São Paulo: Ática, 2008.

SANTOS, R. **A negociação entre jornalistas e fontes.** Coimbra: Minerva, 1997.

SCARBOROUGH, N. **What is a "child soldier"?** 2016. Disponível em: <<http://www.child-soldiers.org/Pages/FAQs/Category/faqs>>.

SCHMITZ, A. A. **Fontes de notícias:** ações e estratégias das fontes no jornalismo. Florianópolis: Combook, 2011. Disponível em: <http://www.cairu.br/biblioteca/arquivos/Comunicacao/Fontes_noticias.pdf>.

TABAK, J. **As vozes de ex-crianças soldado:** reflexões críticas sobre o Programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração das Nações Unidas. 2009. 169 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) PUC-Rio.

ZAMIN, A. Meios-fonte nas páginas de internacional de O Estado de S. Paulo. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 22, p. 250-261, dez. 2011. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/7049/6071>>.

ZAMIN, A. **Nos jornais, um típico acontecimento atípico.** O Caso Angostura em diários latino-americanos de referência. 2012. 277 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Unisinos.